



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira		Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,79% São Paulo	130.416	6/fevereiro 4,962	R\$ 1.412		11,15%	11,09%	Setembro/2023 0,26
0,4% Nova York	127.018	7/fevereiro 4,968					Outubro/2023 0,24
	7/2 8/2 9/2 14/2	8/fevereiro 4,994					Novembro/2023 0,28
		9/fevereiro 4,961					Dezembro/2023 0,56
							Janeiro/2024 0,42

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Emissão de carbono é a menor em 11 anos

Em 2023, a geração de energia no país produziu 38,5kg de CO², menor quantidade desde 2012. Eólicas e solares são destaque

» VICTOR CORREIA

Divulgação/Ari Versiani/PAC



Usina de Energia Eólica em Icarai (CE): Brasil se destaca pelo aumento da participação de fontes renováveis, reduzindo o uso de termelétricas

O governo federal divulgou ontem que a geração de energia elétrica no Brasil em 2023 atingiu a menor taxa de emissão de carbono dos últimos 11 anos. Em média, o Sistema Interligado Nacional (SIN) produziu 38,5kg de dióxido de carbono, o CO², por megawatt/hora (MWh) gerado pelas usinas. Em 2022, a taxa foi de 61,7kg/MWh. Anos anteriores já chegaram a registrar patamares maiores do que 100kg/MWh.

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o valor é o menor desde 2012. O Ministério de Minas e Energia (MME), por sua vez, atribui o resultado ao aumento da participação de fontes limpas na matriz energética, ações para reduzir o uso das termelétricas, e ao cenário hídrico favorável.

No ano passado, o país atingiu um recorde histórico em energia verde: 93,1% de toda a eletricidade produzida veio das fontes renováveis, como hidrelétricas, usinas eólicas e solares. Dentro do SIN, cerca de 70% da produção vem da energia hidrelétrica; e 15%, da eólica, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Porém, a maior expansão na malha energética ocorreu com usinas eólicas e solares. Somente no ano passado, a capacidade de geração de energia no Brasil

aumentou em cerca de 10,3 gigawatts (GW), totalizando 200GW em toda a matriz. Dessa expansão, 69% ficaram a cargo das turbinas, com 140 novos parques eólicos inaugurados durante o ano. Outros 25% do crescimento foram impulsionados por 104 novas usinas fotovoltaicas.

O cenário também foi positivo para as hidrelétricas durante o ano. Em junho, os reservatórios atingiram os maiores níveis dos últimos 20 anos, superando a marca de 80% da capacidade. Em geral, as usinas chegaram cheias em 2024.

Para o MME, a participação

dessas três fontes de energia limpa na matriz brasileira reduz a necessidade de se acionar as termelétricas, alternativa que aumenta as tarifas e gera grandes quantidades de carbono. “No entanto, observa-se que as termelétricas continuam sendo necessárias para garantir a segurança

eletroenergética do sistema”, registrou a pasta, em nota.

Isso ficou claro durante as ondas de calor que atingiram o país, que quebraram recortes sucessivos de demanda em 2023. Em 13 de novembro, o consumo simultâneo de energia ultrapassou a marca de 100GW pela primeira

vez, com 100,95 GW. No dia seguinte, o recorde já foi quebrado, com 101,47GW. O número representa quanta energia as residências, indústrias e comércios estão utilizando ao mesmo tempo. Com altas temperaturas no país inteiro, o pico foi puxado pelo uso de ar-condicionado e por aparelhos industriais de refrigeração.

Nesses mesmos dias, com a onda de calor, a produção das termelétricas subiu 63%. Ainda assim, a queima de combustíveis fósseis caiu consideravelmente nas usinas em 2023. A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), taxa incluída na conta de luz quando há acionamento das térmicas, foi de R\$ 11,6 bilhões, R\$ 1,3 bilhão a menos do que em 2022.

Para 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê uma expansão menor da capacidade produtiva, mas próxima ao resultado do ano passado, com 10,1GW instalados a mais. Somente em janeiro, já foram 422,2MW a mais vindos de fontes eólicas, 198,12MW da energia solar, e 1,24MW de pequenas usinas hidrelétricas, com um total de 621,56MW incluídos na matriz.

Os dados mostram que, embora o consumo de energia brasileiro cresça, as energias limpas estão dando conta não somente de atender à demanda, como também de reduzir a necessidade de alternativas mais poluentes.

MINHA CASA, MINHA VIDA

FGTS Futuro oferece mais crédito para adquirir casa própria

» RAFAELA GONÇALVES

Ricardo Stuckert/PR



Empreendimento do Minha Casa, Minha Vida na Bahia: público-alvo

O governo avalia liberar, a partir de março, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Futuro, para facilitar a compra da casa própria. O tema deve ser debatido na próxima reunião do Conselho Curador do FGTS, que acontece no próximo mês.

Inicialmente, o benefício será voltado para inscritos no Minha Casa, Minha Vida. A iniciativa passará por um período de teste, direcionando a nova modalidade para as famílias com renda mensal de até R\$ 2.640, que são as que compõem a Faixa 1 do programa habitacional do governo. Posteriormente, o objetivo é atender a todas as faixas do programa, cujo limite de renda familiar é de R\$ 8 mil.

A medida permite que trabalhadores com carteira assinada possam comprometer a contribuição que o empregador ainda vai depositar na sua conta vinculada do FGTS. A renda extra aumenta ainda a capacidade de pagamento das prestações em aproximadamente 8%, valor depositado na conta do trabalhador do fundo mês a mês.

Na prática, o trabalhador poderá optar por um imóvel mais caro pagando uma prestação menor, beneficiando famílias que não conseguem pegar um empréstimo habitacional devido ao comprometimento de renda exigido. “A medida vai permitir que o comprador tenha acesso a moradias de valores mais altos. As famílias que não conseguiam contratar o financiamento por terem mais de

30% da renda comprometida com as parcelas passam a ser elegíveis para a compra da casa própria”, explicou Jonata Tribioli, especialista no mercado imobiliário e diretor de operações da Neoin.

Por exemplo, um trabalhador que ganha R\$ 2 mil pode comprometer atualmente 25% da renda mensal e pagar uma prestação de até R\$ 500. Ao fazer uso do FGTS Futuro, haveria a possibilidade de assumir uma prestação de R\$ 660 e continuar arcando com os mesmos R\$ 500. Com o uso dessa antecipação, o trabalhador irá abater as prestações

do imóvel usando o Fundo de Garantia assim que o valor for depositado pela empresa. A diferença seria coberta automaticamente pela Caixa Econômica Federal, agente operador do FGTS. Assim, o fluxo mensal de pagamento do fundo pelo empregador vai direto para o financiamento habitacional.

O FGTS Futuro foi instituído pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, às vésperas do segundo turno das eleições de 2022, mas nunca foi colocado em prática, pois depende de regulamentação pelo Conselho Curador do Fundo

Entenda a proposta

Saiba como o governo pretende ampliar o crédito aos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida.

O que é o FGTS Futuro?

É mais uma modalidade de crédito por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que permitirá ao trabalhador contar com os recursos que ainda serão depositados pelo empregador para o crédito imobiliário.

Como funciona?

Na prática, o trabalhador poderá optar por um imóvel mais caro, pagando uma prestação menor. Com o uso dessa antecipação, o trabalhador irá abater as prestações do imóvel usando o Fundo de Garantia assim que o valor for depositado pela empresa.

Quem terá direito ao benefício?

Inicialmente, o programa deve ser destinado a trabalhadores com carteira assinada e renda bruta familiar de até R\$ 2.640. Posteriormente, o objetivo é atender a todas as faixas do programa Minha Casa, Minha Vida, cujo limite de renda familiar é de R\$ 8 mil.

O que acontece em caso de demissão?

Caso quem optar pelo FGTS Futuro for demitido, o valor da prestação a ser paga sobe, pois será necessário liquidar o valor cheio, aumentando o nível de comprometimento da renda das famílias e também do endividamento.

dos trabalhadores. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve a ideia e deve regulamentar agora o uso da modalidade, que precisa da aprovação das novas regras propostas pelo Plano pelo Conselho, permitindo que a Caixa libere os valores.

Para o economista Newton Marques, professor da Universidade de Brasília, a medida tem relação com uma expectativa do governo de recuperação econômica. “A diferença entre os governos Bolsonaro e Lula no que se refere ao uso do saque do FGTS

para comprar residências financiadas pelo Programa de Governo, Minha Casa, Minha Vida tem muito a ver com o atual momento da atividade econômica, que está em forte ascensão e ambiente de redução de taxa básica de juros (Selic), que afeta fortemente o custo dos financiamentos habitacionais e provoca aquecimento do mercado imobiliário”, avalia.

Risco de demissão

O grande risco relacionado à iniciativa está na possibilidade

de demissão do trabalhador. Se quem optar pelo FGTS Futuro for demitido, o valor da prestação a ser paga sobe. “Há o risco de superendividamento, comprometendo boa parcela da renda mensal disponível”, alerta Marques. Ele lembra que, em situação de inadimplência, o mutuário fica sujeito à retomada do imóvel pela instituição financeira.

O programa já foi alvo de críticas por parte do Conselho Curador. A alegação é de que os trabalhadores que fizeram uso do benefício deixarão de acumular na conta vinculada os valores recolhidos pelas empresas. Em caso de demissão sem justa causa, teriam pouco dinheiro para sacar. No entanto, a multa de 40% sobre os valores depositados pelo empregador, neste caso, fica mantida.

A abertura dos cofres da Caixa para emprestar dinheiro a pessoas endividadas na época da eleição levou à inadimplência de 80% dos beneficiários do Auxílio Brasil, com um prejuízo na ordem de R\$ 600 milhões para o banco estatal. “O limite de 35% de comprometimento da renda é prudente. Acima disso é preocupante. Bolsonaro fez isso com Auxílio Brasil, lembra?”, observa Marques.

“O risco de crédito está sendo assumido pelo governo com o programa Minha Casa, Minha Vida. Mas hoje, a Caixa já tem problemas para receber o crédito consignado com a medida eleitoral de seu antecessor”, completa o economista.